

Crise grave faz Quércia adiar viagem

São Paulo — A gravidade assumida pela crise política e econômica brasileira levou o governador paulista Orestes Quércia a cancelar, ontem, a viagem de 20 dias — que se iniciaria no próximo dia 20 — aos Estados Unidos, para a assinatura de financiamentos com o Banco Mundial. O governador retirou o pedido de licença para ausentar-se do país apenas poucas horas após encaminhá-lo à Assembléia Legislativa.

“Não podia ficar alheio aos problemas que o país hoje sofre e que são maiores, mais graves e muito mais agudos aqui em São Paulo. A análise que fiz me levou à conclusão de que a situação política exige a minha presença aqui”, justificou Quércia.

“A onda de desemprego é maior ainda aqui em São Paulo”, alarmou-se Quércia, ao falar dos 2 milhões de trabalhadores brasileiros já desempregados pela crise. Por isso, anunciou que desencadeou um rush junto a empresários e industriais, para tentar minorar a situação.

O governador fez um apelo ao governo federal “para que seja feita uma avaliação do Plano Bresser, e se reverta a expectativa recessãoista. Precisamos analisar modificações, com urgência. Não podemos jogar o país na recessão”.

E ofereceu a sua sugestão: “A recessão já está provocando o desemprego. O governo quer cortar os investimentos públicos, sou contra, acho que não é por aí, esse não é o melhor caminho. Acho que a alternativa é exatamente o oposto, é fazer-se um programa de investimentos públicos que absorva mão-de-obra”.

Na entrevista e no programa “Bom Dia Governador” — apresentado numa rede de emissoras de Rádio do Estado — Quércia reconheceu que poucos acreditam, hoje, no respeito ao congelamento de preços. Por isso anunciou a contratação imediata de 300 fiscais que inicialmente ficarão na capital, controlando o tabelamento.

O governador fez um apelo veemente à população para que fiscalize e em caso de desrespeito ao congelamento, telefone imediatamente para os distritos policiais da capital, onde estarão os fiscais contratados pelo Estado. Na próxima sexta-feira, anunciou, ele volta a se reunir com sua equipe, para a montagem de uma equipe de fiscais que, inicialmente cobrirão as outras 42 maiores cidades do Estado.

Quércia, no entanto, reservou duras críticas ao governo federal e ao ministério da Fazenda, responsabilizando-os pelo fato de existirem produtos com preços ainda abaixo da tabela da Sunab. “Ora, não é assim que vamos alcançar respeito pelo congelamento — nem dos empresários, nem da população. E isso está sendo muito comum, basta acompanhar o noticiário do rádio, TV e jornais. Isso, perante a opinião pública é altamente nocivo, lesivo mesmo ao interesse da população”, considerou.

S.Paulo pretende mudar sua Carta

São Paulo — O governador Orestes Quércia, de São Paulo, já se decidiu pela convocação, em caráter extraordinário, da Assembléia Legislativa para discussão de projetos de lei do governo e propostas de emendas à Constituição do estado. Um dos primeiros projetos a ser apreciado é o de alteração do orçamento, que agora precisa ser adaptado à realidade econômica do país. Os projetos mais polêmicos são aqueles referentes ao funcionalismo público, já que tratam de problemas salariais. Para isso, serão necessárias alterações na Constituição do estado, o que só pode ser feito mediante aprovação de dois terços da Assembléia.

Quércia vai enviar também à Assembléia, para ser apreciado na convocação extraordinária, um dispositivo cessando todo e qualquer direito do servidor à incorporação, em seus vencimentos, das gratificações de representação.

Cabral nega autoria e critica anteprojeto

O relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), admitiu ontem estar insatisfeito com o anteprojeto de Constituição concluído no último final de semana, por se tratar de um somatório que compatibiliza o trabalho das comissões temáticas. “Esse projeto não é meu. O segundo projeto (o substitutivo), que farei depois de receber as emendas, é que será redigido por mim. Ai então, darei resposta aos que me criticam, pois serão procedentes, ou os aplausos se farão sentir”.

Bernardo Cabral salientou que apenas adequou as emendas vindas das comissões temáticas, procurando, como vem reafirmando desde o começo de seu trabalho, não ser ditatorial. “Se a maioria dos constituintes decide que o Estado não deve intervir na economia, não posso ir contra tal decisão” — afirma. Cabral reiterou que nesta primeira fase nada foi criado, inovado ou suprimido por ele, mas tão-somente adaptado ao que foi anteriormente aprovado.

Dizendo-se inatingido pelas críticas ao anteprojeto — partidas inclusive do presidente José Sarney — Cabral queixou-se de alguns constituintes que “não leram e não gostaram do projeto”. Foi o caso do deputado José Elias Murad (PTB-MG), que através da imprensa acusou Cabral de ter suprimido o artigo que veda a propaganda comercial de medicamentos, formas de tratamento de saúde, tabaco, bebidas alcoólicas e agrotóxicos. Tal artigo, porém, permaneceu no anteprojeto como parágrafo único do artigo 410.

Mesmo ao elaborar para o anteprojeto o texto da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, única que teve seu texto rejeitado na votação, Cabral afirma ter ouvido o relator da comissão, deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), e o da Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes, senador João Calmon (PMDB-ES). Ao mencionar tal fato, Cabral lança mão do regimento interno da Constituinte, que no caput do seu artigo 14 prevê: “Na hipótese de alguma comissão não apresentar seu trabalho, caberá ao relator da comissão de sistematização a elaboração do mesmo em 10 dias”.

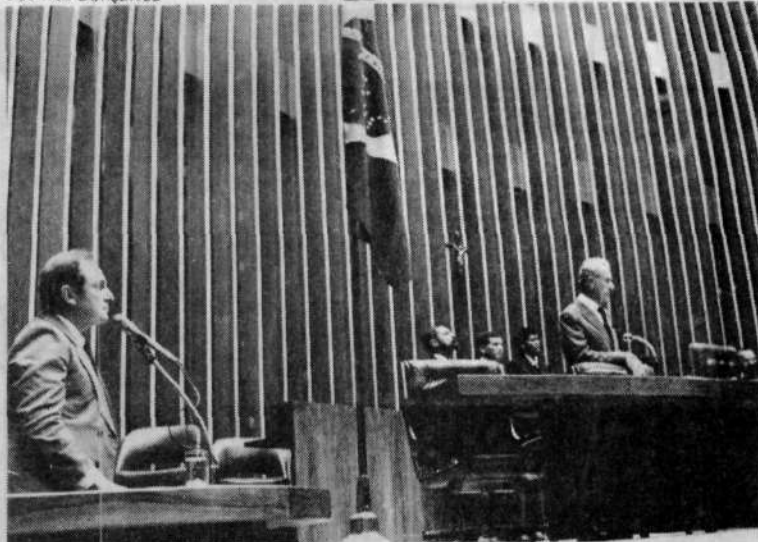
Tal como está no momento o anteprojeto, segundo Cabral, não há sequer contorno ou linearidade ideológica no texto, “tarefa impossível quando se trata de reunir o resultado de várias comissões temáticas” — finaliza.

Primeiras divergências

O regimento interno da Constituinte pode provocar as primeiras divergências entre o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, e o presidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Contrariando decisão sua anterior, Ulysses, segundo informação que circulava ontem no Congresso, abriria exceção para apresentação de emendas de méritos apenas aos artigos da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, enquanto que as demais somente receberiam emendas de adequação, conforme estabelece o regimento.

Bernardo Cabral entende que, a se confirmar tal exceção para a apresentação de emendas, cujo prazo encerra-se à meia-noite de amanhã, a medida será extremamente injusta com as demais comissões. Cabral lembrou o precedente já aberto também por Ulysses, que liberou, nesta primeira fase, a apresentação de emendas para todos os constituintes e não apenas para os membros da Comissão de Sistematização.

Josimar Gonçalves



Cabral afirma que só redigirá seu texto após as emendas

Arinos acha texto ameaça ao País

O presidente da Comissão de Sistematização da Constituinte, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), concorda com todas as críticas que estão sendo feitas ao anteprojeto da Constituinte: “Ele apresenta muitas contradições, principalmente em relação à ordem econômica e social, artigos que dizem respeito a leis regulamentares e não a uma Constituição, e é também muito extenso”. O senador também concordou com o presidente José Sarney de que se esse anteprojeto for aprovado o “país será ingovernável”.

O senador, que também participou da Constituinte de 1946, disse que essas contradições e confusões eram inevitáveis. “Faltou um estudo anterior, um anteprojeto que servisse de base para a discussão”, afirmou Afonso Arinos, lembrando que em todas as constituintes anteriores do país, desde a época do Império até 1946, sempre houve algumas premissas básicas para se elaborar um projeto de Constituição.

Afonso Arinos ressaltou, no entanto, que o anteprojeto ficou descaracterizado não por culpa do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) e de seus adjuntos, mas do próprio regimento interno da Constituinte, “que limitou muito nosso trabalho. Tínhamos que obedecer o regimento”, disse o senador.

Mas, Afonso Arinos lembrou que o próprio plenário pode alterar todo o anteprojeto elaborado pela Comissão de Sistematização. O senador acredita que será preciso haver um consenso para resolver os conflitos internos da Constituinte que estão representados dentro do anteprojeto da Comissão de Sistematização, principalmente em relação a questões de ordem econômica e social.

O senador insiste na tese de que se a Constituinte tivesse adotado um anteprojeto de Constituição nada disso estaria acontecendo. Indagado se o projeto elaborado pela comissão dos “notáveis”, que ele presidiu, poderia ter sido utilizado, o senador disse que sim, mas deixou entender que isso só não aconteceu porque aquele projeto é à favor do parlamentarismo e o presidente Sarney do presidencialismo.

Afonso Arinos adiantou que o anteprojeto da Comissão de Sistematização será mudado no plenário com a sua própria colaboração. Desde já ele tem duas emendas: uma que institui o parlamentarismo autêntico, e não o misto, como forma de governo e outra que impede a criação de novos estados — mantida no anteprojeto —, por considerá-los desnecessários para a atual realidade do país.

Constituintes não cumprem regimento

Os parlamentares não estão cumprindo o regimento interno da Constituinte e voltam a apresentar emendas modificativas que já foram rejeitadas nas subcomissões, quando só são permitidas, nessa fase, emendas aditivas ou supressivas que não entrem no mérito do anteprojeto do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Existem ainda os constituintes desatentos que, não percebendo detalhes do texto do relator-geral, apresentaram propostas já incluídas no relatório.

Até ontem foram apresentadas mais de 270 emendas — sem contar as 107 do senador Wilson Martins (PMDB-MS) que não foram encaminhadas ainda à Comissão de Sistematização. Deste total a maioria altera o conteúdo do anteprojeto de Cabral. O recordista é o deputado Nilson Gibson (PMDB-PE), um dos relatores auxiliares, que apresentou 36 emendas.

Apesar de ter sido um dos relatores auxiliares e professor de Direito Constitucional da Universidade Federal de Pernambuco, Gibson também quebrou o regimento interno. Além de criar a figura do vice-presidente — que não existe no parlamentarismo —, ele reapresentou a sua proposta de anexação do território de Fernando de Noronha ao seu Estado de origem.

Ele também faz parte do bloco dos “constituintes regionalistas” que querem aumentar a destinação da receita tributária da União para as regiões. O deputado Geraldo

Fleming (PMDB-AC) aumenta de dois para cinco por cento a aplicação do governo federal na região Norte. O deputado Luiz Viana Neto (PMDB-BA) vai mais longe. Ele quer que a União aplique, em um período mínimo de 20 anos, um por cento de sua receita tributária no Vale do São Francisco. O parlamentar especifica ainda que 1/3 desta verba será aplicada na educação e saúde, 1/3 na irrigação, mas não esclarece para onde vai o restante. Gibson, por sua vez, quer três por cento da receita da União destinados ao combate da seca do Nordeste.

O senador Cid Sabóia pede a supressão integral do artigo 64 do anteprojeto que prevê a criação do Conselho de Ouvidores nos municípios.

A desorganização do anteprojeto de Cabral e a falta de tempo de alguns constituintes de o lerem detalhadamente também provocou a apresentação de emendas que não são modificativas, supressivas ou aditivas, por existirem integralmente no anteprojeto. Um dos exemplos é a emenda do deputado Santinho Furtado (PMDB-PR) que prevê a aposentadoria compulsória aos 65 anos com o pagamento de pensão equivalente a 100 por cento do salário mínimo. O deputado, no entanto, não deve ter percebido que a alínea “a” do artigo 362 prevê a aposentadoria compulsória e que o artigo 363 diz que “nenhum benefício de prestação continuada terá valor mensal inferior ao salário mínimo”. (Carmem Kazak).